



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONTRATO Nº 020/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DA GUIA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - **GNRE**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **ESTADO DE GOIÁS** REPRESENTADO PELA **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** E O **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A**, NA FORMA ABAIXO:

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Estado, **RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da OAB/GO nº 18.851, CPF nº. 342.782.491-87, residente e domiciliado nesta Capital, com a interveniência da **SECRETARIA DA FAZENDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.409.655/0001-80, com sede à Avenida Vereador José Monteiro de Lima, nº 2.233, Complexo Fazendário Meia Ponte, Setor Nova Vila, nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, ora representada pelo seu titular, **Sr. SIMÃO CIRINEU DIAS**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 441.928 SSP/MA devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 004.476.253-49, domiciliado na SHIN, QL. 14, conjunto 07, casa 16, Lago Norte, Brasília-DF, e, de outro lado, o **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.038.232/0001-64, com sede em Brasília-DF, no SIG, quadra 06, lote 2080, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Estaduais, neste ato representado pelo **Sr. GIL MARCOS SAGGIORO**, brasileiro, bancário, portador do RG nº M-1.588.643-SSP/MG e do CPF nº 410.975.726-68, e pelo **Sr. MARCOS CHAVES CARVALHO**, brasileiro, arquiteto, portador do RG nº M-756.645-SSP/MG e CPF nº 343.739.426-68, conforme consta do processo nº 201100004023733, celebram o presente contrato, fundamentado na **Inexigibilidade de Licitação**, de acordo com o *caput* do **Art. 25 e Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores – Inexigibilidade de Licitação, e nos casos omissos a Instrução Normativa nº 761/05-GSF, ficando as partes sujeitas às cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a prestação dos Serviços de Arrecadação de Tributos Estaduais, por intermédio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - **GNRE**, e respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Conforme os termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, compete à Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, através da Gerência de Informações Econômico-Fiscais, acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato para fazer cumprir os encargos e as obrigações da **CONTRATANTE** e do **CONTRATADO**, bem como apreciar recursos administrativos e atestar a realização dos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:

São responsabilidades do **CONTRATADO**:

I - receber tributos estaduais, por meio da **GNRE**, desde que devidamente preenchida, sem ressalvas, omissões, emendas ou rasuras, não se responsabilizando em qualquer hipótese ou circunstância pelas informações, tais como cálculos, valores, multas, juros e correção monetária constantes do referido documento de arrecadação;

II - autenticar originalmente as 03 (três) vias da **GNRE** e devolver a 2ª (segunda) e 3ª (terceira) vias ao contribuinte, ou emitir/disponibilizar a emissão dos correspondentes recibos comprobatórios, identificando a destinação das vias, no caso de pagamento por meio eletrônico;

III - manter as **GNRE** (em papel ou preservadas por outros meios legais) arquivadas por um período de 180 (cento e oitenta) dias;

IV - enviar o arquivos total diário até as 12:00 (doze) horas do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data da arrecadação;

V - remeter as informações regularizadas até às 18:00 horas do 2º (segundo) dia útil seguinte ao retorno da remessa rejeitada;

VI - prestar as informações concernentes às **GNREs** recebidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da solicitação;

VII - certificar a legitimidade da autenticação aposta na **GNRE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, caso haja necessidade, contados da data da ciência da solicitação, pelo período de 5 (cinco) anos, ressalvadas as hipóteses em que haja notificação da **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO** neste prazo, caso em que a legitimação deverá ser efetuada a qualquer tempo;

VIII - efetuar o repasse do produto da arrecadação dos Tributos Estaduais, por meio do Sistema de Transferência de Reservas - STR, conforme "Manual de Procedimentos para o Repasse Financeiro do Órgão Arrecadador para o Centralizador da Arrecadação Estadual de Goiás", das agências bancárias e seus prepostos, até às 12 (doze) horas do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da data da arrecadação;

IX - liquidar os cheques emitidos por contribuintes em pagamento de tributos por meio da **GNRE**, se aceitos pelo **CONTRATADO**;

[Handwritten signatures and initials]





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

X - cumprir as normas estabelecidas na legislação específica de Goiás, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular procedimentos concernentes aos serviços de arrecadação objeto deste Contrato, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

XI – comunicar por escrito à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a inclusão, alteração ou exclusão de agências;

XII – apresentar à **CONTRATANTE** documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;

XIII - disponibilizar à **CONTRATANTE**, quando solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários, bem como manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIV – disponibilizar à **CONTRATANTE** os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação;

XV – manter as fitas-detalhe e os documentos de controle de depósitos de arrecadação (em papel ou preservados por outros meios legais), arquivados e disponíveis à **CONTRATANTE**, por, no mínimo 02 (dois) anos, não se eximindo da obrigatoriedade de efetuar os repasses da arrecadação de tributos estaduais que venham a ser identificados como não realizados em tempo hábil, atualizados conforme disposto no inciso IV da Cláusula Sexta;

XVI – disponibilizar por transmissão eletrônica, as informações da **GNRE**, em até 15 (quinze) minutos após o seu recebimento (remessas parciais)

Parágrafo Único. É vedado ao **CONTRATADO**:

I - utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informação ou documento vinculados à prestação de serviços para a **CONTRATANTE**;

II – estornar, cancelar ou debitar valores autenticados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São responsabilidades da **CONTRATANTE**:

I - expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos estaduais;

II – especificar protocolo de comunicação utilizado na transmissão eletrônica de dados;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

III – restituir ao **CONTRATADO** o valor repassado indevidamente, até o 12º (décimo - segundo) dia útil, contados da data de recebimento da solicitação, após o qual será acrescido de atualização monetária, calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás para atualização dos seus créditos tributários;

IV - remunerar o **CONTRATADO** pelos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO

O **CONTRATADO** será remunerado, por unidade da **GNRE**, a critério da **CONTRATANTE**, da seguinte forma:

I – R\$ 1,00 (um real) para recebimento da **GNRE**, com prestação de contas em meio magnético ou transmissão eletrônica de dados;

II – R\$ 0,63 (sessenta e três centavos) para recebimento da **GNRE** por meio eletrônico (home/office bank ou Internet), por débito automático e respectiva prestação de contas em meio magnético ou transmissão eletrônica de dados.

§ 1º- A remuneração pela prestação do serviço somente ocorrerá quando se confirmar o efetivo repasse financeiro e a correta prestação de contas das informações previstas no inciso XII da Cláusula Terceira.

§ 2º - A remuneração prevista nesta cláusula será mensal, sujeita à aprovação da **CONTRATANTE** e deverá ser efetuada até o 12º (décimo segundo) dia útil após a data do recebimento da discriminação dos serviços prestados pelo **CONTRATADO**, relativamente às informações de arrecadação encaminhadas no mês anterior.

§ 3º - Quando houver divergência entre quantidades e/ou valores informados pelo **CONTRATADO** em relação ao apurado pela **CONTRATANTE**, prevalecerá a informação desta até que o **CONTRATADO** prove o contrário, caso em que a **CONTRATANTE** procederá ao acerto devido por ocasião do próximo pagamento, acrescido de atualização monetária, calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás para atualização dos seus créditos tributários;

§ 4º - Os valores relativos à remuneração serão creditados pela **CONTRATANTE** em conta corrente específica indicada pelo **CONTRATADO**, podendo, a critério da **CONTRATANTE**, ser deduzidos os valores decorrentes das penalidades, não mais passíveis de recurso e ainda não recolhidos.

§ 5º - A remuneração realizada com descumprimento do prazo previsto no § 2º desta Cláusula será acrescida de atualização monetária, calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás para atualização dos seus créditos tributários.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas as seguintes penalidades ao **CONTRATADO**:

a) O **CONTRATADO** que incorrer nas faltas referidas nos arts. 81 a 85 e 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93, aplica-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos Artigos 86 a 88 da Lei federal nº 8.666/93 ou em dispositivos de norma que vierem a substituí-la.

O **CONTRATADO** sujeitar-se-á:

I – à multa de R\$ 20,00 (vinte reais), por documento, na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos incisos I, II e III da Cláusula Terceira;

II – à multa de R\$ 100,00 (cem reais) ou R\$ 0,10 (dez centavos) por documento, por dia de atraso, o que for maior, na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos incisos IV e V da Cláusula Terceira;

III – à multa de R\$ 100,00 (cem reais), na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos incisos VI e VII da Cláusula Terceira, com acréscimo de 100% (cem por cento) a cada solicitação anterior não atendida;

IV – à atualização monetária, calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás para atualização dos seus créditos tributários e multa de 2% (dois por cento) ou de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, o que for maior, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês sobre o valor atualizado, na hipótese de descumprimento da obrigação estabelecida no inciso VIII da Cláusula Terceira;

V – à multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na hipótese de descumprimento das vedações estabelecidas no inciso I do Parágrafo Único da Cláusula Terceira;

VI – à multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por documento de natureza fiscal - tributário adulterado pelo **CONTRATADO**;

VII – à multa de R\$ 5,00 (cinco reais), por documento repetido, informado na remessa de dados;

VIII – à multa de R\$ 10,00 (dez reais), por divergência entre a informação referente à prestação de contas da arrecadação e o documento original;

IX – à multa de R\$ 100,00 (cem reais), por documento (GNRE ou outro), transmitido pelo **CONTRATADO** ao Estado de Goiás, quando o mesmo não for o favorecido;

X – advertência formal, pelo não envio do movimento parcial de arrecadação por 03 (três) vezes no mesmo mês e, a contar da 4ª (quarta) reincidência, aplicação da multa de R\$ 20,00 (vinte reais) por registro não enviado, até o limite de R\$ 500,00 (quinhentos reais), na hipótese de descumprimento da obrigação estabelecida no inciso XVI da Cláusula Terceira;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

XI – à multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na hipótese de descumprimento das vedações estabelecidas no inciso II do Parágrafo Único da Cláusula Terceira;

§ 1º - O recolhimento dos valores das penalidades previstas nesta Cláusula será efetuado pelo **CONTRATADO** por meio de documento de arrecadação estadual ou na forma determinada na legislação de Goiás, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da notificação.

§ 2º - O **CONTRATADO** poderá recorrer da penalidade imposta, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da ciência da notificação.

§ 3º - Na hipótese de o recurso ser considerado improcedente, o **CONTRATADO** terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da ciência da decisão, para efetuar e comprovar o recolhimento da penalidade.

§ 4º - O recolhimento das penalidades previstas, efetuado fora do prazo, sujeitará o **CONTRATADO** à atualização monetária calculada com base no índice utilizado pelo Estado de Goiás, para atualização dos seus créditos tributários.

§ 5º - A exigibilidade e/ou pagamento da multa prevista no inciso XI do caput desta Cláusula, não exonera o **CONTRATADO** da obrigação de efetuar o repasse financeiro relativo ao valor estornado ou cancelado, ou devolver valores indevidamente debitados, a que se refere o inciso II do Parágrafo Único da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser rescindido na forma estabelecida no artigo 79 e se ocorrerem uma ou mais hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, no que couber.

§ 1º - Fica o presente Contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos:

I - liquidação do **CONTRATADO**;

II - incapacidade ou desaparecimento do **CONTRATADO**;

III – inidoneidade do **CONTRATADO** para contratar com a Administração Pública.

§ 2º - Poderá, ainda, o Contrato ser rescindido de comum acordo ou por conveniência das partes, sem indenização de qualquer natureza, mediante notificação prévia contra prova de recebimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

O valor estimado anual do presente Contrato é de R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais), com valor mensal por demanda de aproximadamente R\$ 17,00 (dezessete reais);

§ 1º – As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão, neste exercício, à conta da verba nº 2011.2304.04.122.0000.7014.03.3.3.90.39.43.00, do vigente orçamento estadual, conforme Nota de Empenho nº 111, de 15/09/2011, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais), emitida pela seção competente da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º – Após o término do exercício financeiro só ocorrerá nova despesa caso exista dotação orçamentária específica e suficiente, além de prévio empenho para o exercício seguinte.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da assinatura, prorrogável através de Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com efeitos jurídicos à partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Na hipótese de repasse de valor a maior, o **CONTRATADO** formalizará à **CONTRATANTE** o pedido de restituição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constitui obrigação do **CONTRATADO**, o pagamento dos salários e demais encargos decorrentes da prestação do serviço, sendo responsável pelas ações e omissões de seus funcionários, administradores ou prepostos, independentemente de culpa ou dolo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente Contrato pode ser modificado ou suplementado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, passando a fazer parte integrante deste Contrato, vedada a alteração do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os impostos e taxas que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade do **CONTRATADO**, conforme definido na Legislação Tributária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A cada período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Contrato, os valores a que se referem os incisos I e II da Cláusula Quinta, poderão ser objeto de renegociação entre a **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**.





ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Nos casos de omissões neste Contrato de procedimentos referentes à arrecadação de receitas estaduais, serão utilizadas as normas regulamentadoras das atividades de prestação de serviços de arrecadação de tributos estaduais devidos à SEFAZ-GO;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO COMPETENTE

É do Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, a competência para dirimir todas as lides decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, em livre manifestação de vontade, as partes firmam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas a seguir identificadas, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste Contrato.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA, em Goiânia, aos 30 dias do mês de Novembro do ano de 2011.

CONTRATANTE:


SIMÃO CIRINEU DIAS
Secretário de Estado da Fazenda


RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA
Procurador-Geral do Estado

CONTRATADO:


GIL MARCOS SAGGIORO
Banco Cooperativo do Brasil S/A


MARCOS CHAVES CARVALHO
Banco Cooperativo do Brasil S/A





PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2011, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DA GUIA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - GNRE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E O BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A, NA FORMA ABAIXO:

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Procurador do Estado, nos termos da Portaria nº. 90/2012 GAB-PGE, Chefe da Advocacia Setorial da Secretaria de Estado da Fazenda, **DR. TOMAZ AQUINO DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/GO sob o nº 23.510, CPF nº878.729.431-15, residente e domiciliado nesta capital, com a interveniência da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.409.655/0001-80, com sede à Avenida Vereador José Monteiro, nº 2.233, Complexo Fazendário Meia Ponte, Setor Nova Vila, nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, ora representada pelo seu titular, **Sr. SIMÃO CIRINEU DIAS**, brasileiro, economista, portador do RG nº. 441928 SSP/MA e do CPF nº. 004.476.253-49, domiciliado em Brasília-DF, e de outro lado, o **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 02.038.232/0001-64, com sede em Brasília-DF, no SIG, quadra 06, lote 2080, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Estaduais, neste ato representado pelo **Sr. GIL MARCOS SAGGIORO**, brasileiro, bancário, portador do RG nº M-1.588.643-SSP/MG e do CPF nº 410.975.726-68, e pelo **Sr. MARCOS CHAVES CARVALHO**, brasileiro, arquiteto, portador do RG nº M-756.645-SSP/MG e CPF nº 343.739.426-68, conforme consta do processo nº. 201200004029250, resolvem firmar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Original nº 020/2011, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, e nos casos omissos na Instrução Normativa nº 761/05-GSF, ficando as partes sujeitas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do Primeiro Termo Aditivo a **prorrogação**, por um período de 12 (doze) meses, da vigência do contrato original, cujo objeto consiste na prestação dos Serviços de Arrecadação de Tributos Estaduais, por intermédio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - **GNRE**, e respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência do Contrato será prorrogada por 12 (doze) meses pelo Primeiro Termo Aditivo, a partir do dia 30/11/2012, e após, caso haja interesse das partes, o mesmo poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o artigo 57, II da Lei nº 8.666/1993, por meio de novo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Gerência de Licitações e Contratos
Av. Vereador José Monteiro, nº. 2233, Setor Vila Nova
CEP: 74.653-900 – Goiânia – Goiás Telefone 3269.2501-2502/fax 3269.2503



O valor estimado anual do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Original é de R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais), com valor mensal estimado de R\$ 17,00 (dezesete reais), conforme demanda.

Parágrafo Único - Os recursos para a execução deste Primeiro Termo Aditivo ao contrato original correrão neste exercício, à conta da verba nº 2012.2304.04.122.0000.7.014.03.3.3.90.39.43.00, do vigente orçamento estadual, conforme Nota de Empenho nº 104, datada de 24/09/2012, emitida pela Seção competente da Secretaria de Estado da Fazenda, no valor de R\$ 17,00 (dezesete reais). O restante será empenhado no exercício de 2013, em dotação orçamentária apropriada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais Cláusulas e condições não expressamente alteradas permanecem em vigor, podendo ainda ser firmados novos aditivos, a qualquer tempo.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, que passa a integrar o contrato de prestação de serviços, em três (03) vias, de igual teor e forma, para que produza os necessários efeitos legais.


GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA, em Goiânia, aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2012.

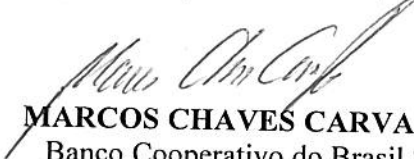
Pelo **CONTRATANTE**:


SIMÃO CIRINEU DIAS
Secretário de Estado da Fazenda


TOMAZ AQUINO DA SILVA JÚNIOR
Procurador do Estado – Chefe da Advocacia Setorial

Pela **CONTRATADA**:


GIL MARCOS SAGGIORO
Banco Cooperativo do Brasil S/A


MARCOS CHAVES CARVALHO
Banco Cooperativo do Brasil S/A